

HABEAS CORPUS Nº 493.154 - SP (2019/0040829-7)

RELATOR : **MINISTRO REYNALDO SOARES DA FONSECA**
IMPETRANTE : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO
ADVOGADOS : LEONARDO ARANTES VICENTINI - SP194851
DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PACIENTE : JOSE MESSIAS ARRUDA GOMES (PRESO)

DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus*, com pedido liminar, impetrado em favor de JOSE MESSIAS ARRUDA GOMES contra acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo (Apelação n. 0000742-94.2017.8.26.0530).

Consta dos autos que o paciente foi condenado, em primeiro grau de jurisdição, à pena de 3 anos de reclusão, em regime inicial semiaberto – decorrente da detração prevista no art. 387, § 2º, do CPP –, e multa, pela prática do crime previsto no art. 155, § 4º, incisos I e IV, do Código Penal (e-STJ fls. 61/65).

Irresignadas, as partes interpuseram apelações, sendo improvido o recurso da defesa e parcialmente provido o ministerial para afastar a compensação entre a agravante da reincidência e a atenuante da confissão espontânea, razão pela qual a pena do paciente foi redimensionada para 3 anos e 3 meses de reclusão e multa, mantidos os demais termos da condenação (e-STJ fls. 95/106).

No presente *mandamus* (e-STJ fls. 3/12), a impetrante sustenta que o acórdão impugnado impôs constrangimento ilegal ao paciente, pois manteve o desvalor dos maus antecedentes de forma indevida. Para tanto, afirma não ser possível valorar negativamente os antecedentes, pois *quando se pune o agente mais gravemente por um crime, tomando-se por fundamento um delito precedentes, na verdade, ocorre uma nova valoração e punição da infração anteriormente praticada, a qual já foi o sujeito condenado e punido*

(e-STJ fl. 5).

De outra parte, assevera que *é perfeitamente possível que o paciente aguarde o julgamento do presente writ em liberdade*, na medida em que *não há elementos concretos que revelem que, aguardando em liberdade o julgamento do writ, o paciente frustrará o processo penal* (e-STJ fls. 7/8).

Ao final, formula pedido liminar para que o paciente possa aguardar *o julgamento do presente habeas corpus em liberdade*. No mérito, pede a concessão da ordem para que a pena-base do paciente seja reduzida, além da integral compensação entre a atenuante da confissão com a agravante da reincidência.

É o relatório. **Decido.**

De início, o presente *habeas corpus* não comporta conhecimento, pois impetrado em substituição a recurso próprio. Entretanto, nada impede que, de ofício, seja constatada a existência de ilegalidade que importe em ofensa à liberdade de locomoção do paciente.

No caso dos autos, ao menos em juízo de cognição sumária, não verifico manifesta ilegalidade apta a justificar o deferimento da medida de urgência, pois o pedido liminar não guarda relação de cautelaridade com os pedidos principais.

Além disso, o reexame da dosimetria da pena demanda aprofundado exame dos autos, providência inviável em juízo perfunctório, próprio dessa fase processual.

Ante o exposto, **indefiro** a liminar.

Suficientemente instruída a impetração, dispenso informações.

Dê-se vista dos autos ao Ministério Público Federal.

Intimem-se.

Brasília (DF), 13 de fevereiro de 2019.

Ministro REYNALDO SOARES DA FONSECA

Relator

